

Renan pede mais prazo para o Senado votar MPs

Presidente do Senado critica prazo de apenas um dia para que a Casa vote a MP que cria a Super-Receita. Renan Calheiros sugere que se deixe MP perder eficácia toda vez que não houver tempo suficiente para exame aprofundado. **Página 3**

Mais chance de qualificação para o deficiente

Projeto que reserva vagas, nos programas de qualificação profissional financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador, para pessoas com deficiência física foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado. **Página 8**

"Precipitação do governo prejudica Paraná", diz Osmar

A "forma precipitada" como o governo anunciou a existência da febre aftosa no Paraná – descartada em laudo laboratorial – foi condenada ontem pelo senador Osmar Dias. Segundo ele, os produtores terão enormes prejuízos. **Página 6**

Congresso vota recursos para salário de militar

Crédito suplementar de R\$ 1,1 bilhão em favor do Ministério da Defesa, aprovado pelo Congresso Nacional, viabiliza o aumento linear de 13% concedido aos militares das Forças Armadas. O projeto vai à sanção presidencial. **Página 7**



Poeto (E), ao lado de Efraim e Garibaldi, depõe na CPI dos Bingos: contradição com entrevista gravada à revista *Veja* irrita senadores, que querem indiciá-lo



Presidido por Calheiros, o Congresso aprovou créditos suplementares para diversos programas do governo, como a melhoria da rede de ensino e pesquisa

Economista é acusado de falso testemunho. Empresário e ex-tesoureiro do PT podem ser processados por lavar dinheiro

CPIs querem indiciar Poeto, Valério e Delúbio

Na CPI dos Bingos, o economista Vladimir Poeto, ex-assessor da Secretaria de Fazenda de Ribeirão Preto (SP), jurou que não transportou dinheiro cubano para a campanha do então candidato Lula, em 2002. Mas a gravação de uma entrevista a *Veja*, divulgada no site da revista, mostrava-o dizendo exatamente o contrário. Ao tentar invalidar a entrevista, Poeto disse que, quando falou ao jornalista, havia tomado cachaça e cerveja. Insatisfeitos, os senadores solicitaram ao Ministério Público e à Polícia Federal o indiciamento do depoente por falso testemunho. Na CPI dos Correios, outro pedido de indiciamento, por motivo diferente: o ex-tesoureiro petista Delúbio Soares e o empresário Marcos Valério podem responder por diversos crimes, como lavagem de dinheiro. **Páginas 4 e 5**

Senadores aprovam recriação da Sudene

A recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) deu mais um passo ontem no Congresso. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo aprovou substitutivo do senador Antonio Carlos Magalhães a projeto do Poder Executivo com essa finalidade. A proposta segue agora para a Comissão de Justiça e, depois, para o Plenário. **Página 2**



Jereissati (D) discute substitutivo de Antonio Carlos (segundo à direita) ao projeto do governo

Emenda de Sérgio Guerra ao substitutivo de Antonio Carlos Magalhães acolhida pela comissão garante a participação do Banco do Nordeste no Conselho Deliberativo da Sudene



Após aprovação da Comissão de Desenvolvimento Regional, proposta será analisada agora pela Comissão de Constituição e Justiça

Senadores aprovam projeto do Executivo que recria a Sudene

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem o substitutivo do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) a projeto do Poder Executivo que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A proposição será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de onde seguirá para o Plenário.

O projeto, que foi promessa de campanha do presidente Lula, tramita há três anos no Congresso Nacional. Além do presidente da CDR, Tasso Jereissati (PSDB-CE), e de Antonio Carlos Magalhães, mais quatro senadores que aprovaram a proposição são ex-governadores da área da Sudene: Mão Santa (PMDB), do Piauí; José Maranhão (PMDB), da Paraíba; César Borges (PFL), da Bahia; e Eduardo Azeredo

(PSDB), de Minas Gerais. Este último tem municípios no Vale do Jequitinhonha, incluído na área de atuação da superintendência.

Ana Júlia Carepa (PT-PA) votou a favor do projeto, com restrições. Ela propôs o adiamento da votação para quinta-feira a fim de tentar convencer a comissão a ampliar a composição do Conselho Deliberativo da Sudene. Na formação prevista no substitutivo, apenas os governadores, a Presidência da República e três ministérios – Fazenda, Integração Nacional e Planejamento – terão lugar no conselho.

Contra a proposta de Ana Júlia, Tasso Jereissati argumentou que ampliar o conselho é retirar sua eficácia. Para que este tenha força política, segundo Jereissati, deve refletir o poder dos governadores. Sérgio Guerra (PSDB-PE), também contrário à proposição

da senadora, disse que a representatividade dos governadores será expressa no conselho.

Com 11 emendas acolhidas pela comissão, Sérgio Guerra afirmou que uma novidade importante da matéria é a criação do BNB-Par. Trata-se de um banco de investimentos que, operado pelo Banco do Nordeste, atuará na área de mercado de capitais a fim de captar recursos para projetos na região da Sudene. Emenda de Guerra garante ao Banco do Nordeste participação no Conselho Deliberativo da Sudene.

Também por sugestão do parlamentar, o projeto permite que até 5% dos repasses anuais do Tesouro Nacional para o Fundo do Nordeste (FNE) possam ser transferidos para o BNB-Par, a fim de estimular o fortalecimento do mercado de capitais do Nordeste.

Empréstimo irá financiar iniciativa contra pobreza no Maranhão

O Senado aprovou ontem projeto que autoriza o governo do Maranhão a contrair empréstimo externo de até US\$ 30 milhões junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (Bird). Os recursos, conforme mensagem do presidente da República, destinam-se a financiar, parcialmente, o Segundo Projeto de Combate à Pobreza Rural do Maranhão.

Os senadores acolheram a proposta original (PRS 44/04), aprovada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e rejeitaram as oito emendas apresentadas. Os parlamentares entenderam que cabe ao Senado tão-somente autorizar ou denegar o empréstimo nos termos pretendidos pelo Executivo.

José Sarney (PMDB-AP) e Ney Suassuna (PMDB-PB) lembraram que na redação final da matéria deverá constar artigo prevendo que a liberação do empréstimo depende ainda da quitação de uma dívida do governo do Maranhão com o Tesouro Nacional. O projeto segue para promulgação.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Plenário tem sessão não deliberativa

A sessão de hoje, às 9h, é não deliberativa, ou seja, destinada aos pronunciamentos dos senadores. Na próxima semana, deve chegar ao Senado a medida provisória que criou a Super-Receita, unificando os órgãos de fiscalização previdenciária e fiscal. O texto foi aprovado pela Câmara na quarta-feira.

Rádio comemora 116 anos da República

Para lembrar a Proclamação da República, comemorada em 15 de novembro, a Rádio Senado apresenta hoje, às 20h, reportagem especial sobre os 116 anos da República no Brasil. O especial traz trechos do programa *Brasil 500 anos* que revelam o contexto histórico e a sucessão de fatos que culminaram com o fim da Monarquia em 1889.

O Brasil de Claude Lévi-Strauss

Às 22h30, a TV Senado estreia o documentário *Lévi-Strauss: Saudades do Brasil*. O programa reconstitui a experiência do pensador francês em território brasileiro, no início de sua carreira. Hoje, Lévi-Strauss tem quase cem anos.

Mostra de arte no Salão Negro

Até o dia 18, fica exposta no Salão Negro do Congresso a 3ª Mostra de Arte do Legislativo, com pinturas, fotos e esculturas criadas por servidores do Senado Federal, da Câmara dos Deputados e do Tribunal de Contas da União.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shlessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, Antero Paes de Barros, Romeu Tuma, Mão Santa, Ney Suassuna e Magno Malta e pela senadora Ana Júlia Carepa

Geraldo Magela



Paulo Skaf (E) entrega a Renan documento com mais de 100 mil assinaturas

Empresários apresentam manifesto a favor da Lei da Microempresa

O presidente do Senado recebeu manifesto, com mais de 100 mil assinaturas de pequenos empresários paulistas, em apoio à aprovação da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. O manifesto foi entregue pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, e outros empresários.

O Sebrae apresentou sugestões para o projeto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. A proposta deve ser apresentada como um substitutivo ao Projeto de Lei Complementar 210/04, conhecido como projeto da Pré-

Empresa, pelo relator da matéria na Câmara, deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR). O projeto da Pré-Empresa concede incentivos a empreendedores informais com receita bruta de até R\$ 36 mil por ano. Hauly deve apresentar seu relatório até o dia 16, o que permitirá a votação da matéria na Câmara ainda este ano.

Renan Calheiros, acompanhado pelos senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Paulo Octávio (PFL-DF) e Valdir Raupp (PMDB-RO), mostrou-se receptivo à demanda dos empresários.

Regulamentada profissão de enólogo

Aprovado ontem pelo Senado, o projeto que regulamenta as profissões de enólogo e de técnico em Enologia vai ao exame da Câmara. As novas normas exigem que a profissão seja exercida por pessoas que tenham diplomas de nível superior em Enologia ou de nível médio expedidos em cursos de Tecnólogo em Viticultura e Enologia.

A proposta (PLS 226/04) é de autoria dos três senadores do Rio Grande do Sul: Paulo Paim (PT), Sérgio Zambiasi (PTB) e Pedro Simon (PMDB).

Homenagem aos 50 anos do Dieese

O Senado aprovou ontem requerimento de Eduardo Suplicy (PT-SP) para que o tempo destinado aos oradores na hora do expediente da sessão do próximo dia 23 seja dedicado à comemoração dos 50 anos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). O senador afirma que o Dieese vem desempenhando com eficiência e credibilidade o seu papel de desenvolver atividades de pesquisa, assessoria, educação e comunicação nos temas relacionados ao trabalho.

Presidente diz que senadores devem transformar em projeto de lei toda MP que chegar à Casa sem tempo suficiente para ser analisada em profundidade

Renan quer mais prazo para Senado votar medidas provisórias

O presidente do Senado, Renan Calheiros, criticou ontem o prazo de apenas um dia reservado para a votação, pelo Senado, da medida provisória que criou a Super-Receita (MP 258), unificando as secretarias de Receita Previdenciária e da Receita Federal. Renan sugeriu que, toda vez que uma MP chegue ao Senado sem prazo suficiente, a Casa deixe a matéria perder a eficácia e a transforme em projeto de lei. O presidente defendeu mudança na tramitação de medidas provisórias de forma a garantir prazo pelo menos igual para a Câmara e para o Senado.

Ele afirmou também não concordar com as críticas de que o Legislativo como um todo não está funcionando. Renan observou que isso é uma mentira e que o Senado votou no primeiro semestre 1.320 matérias, e no segundo semestre, depois do início da crise política, mais de 700 matérias. Já a Câmara dos Deputados, acrescentou, não votou nenhum projeto de lei após a vitória do ex-deputado Severino Cavalcanti para a Presidência daquela Casa.

– Quando disserem que o Legislativo está paralisado não é

verdade. O Senado cumpre sua parte. Votamos aqui a reforma tributária, a reforma política e a reforma do Judiciário, que não andaram na Câmara. Dividimos a culpa atribuída à instituição como um todo, mas essa diferença tem que ficar absolutamente clara.

A MP 258 tranca a pauta de votações do Senado a partir da próxima quarta-feira. Lida ontem por Renan Calheiros, ela é o primeiro item da pauta da semana que vem e deverá ser discutida em três sessões. Como terça-feira é feriado, o prazo de discussão começa a valer na quarta.



Falta de prazo para que senadores analisem de forma adequada as medidas provisórias foi motivo de amplo debate em Plenário

Senadores apóiam proposta de transformar MP em projeto de lei

A sugestão feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, de que medidas provisórias (MPs) que cheguem da Câmara dos Deputados com prazo praticamente vencido sejam derrubadas pelo Senado e transformadas em projeto de lei gerou grande número de manifestações no Plenário – a maioria favorável à proposta do presidente. Já o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), explicou que o Executivo usa MPs porque a Câmara não está votando matérias de conteúdo relevante.

– O Senado vem fazendo seu esforço, mas os projetos importantes que chegam à Câmara não avançam – disse Mercadante.

O líder do governo propôs que se tente fazer acordo para votação da Medida Provisória 258/05.

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, no entanto, vê abuso nas

medidas provisórias editadas e informou que o PSDB e o PFL acreditam que a criação da Super-Receita deve ser analisada pelo Congresso na forma de um projeto de lei e, por isso, votarão contra a MP.

Demostenes Torres (PFL-GO) considera a “interferência” do Executivo “insustentável” para o Senado. Ramez Tebet (PMDB-MS) acredita que o governo não está realizando nada administrativamente, só discute política, e, com isso, deixa os estados sem obras e sem estradas.

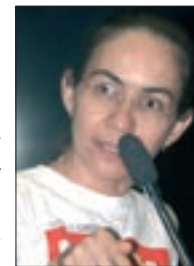
Os senadores Osmar Dias (PDT-PR), Valdir Raupp (PMDB-RO), Alvaro Dias (PSDB-PR), Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Cristovam Buarque (PDT-DF), José Jorge (PFL-PE) e Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) também se manifestaram sobre o assunto.

Heloísa exige cumprimento da Constituição

Heloísa Helena (PSOL-AL) criticou o Congresso Nacional por não cumprir seu dever de analisar a constitucionalidade e o caráter de urgência e relevância das medidas provisórias.

O Congresso, disse a senadora, deveria rejeitar imediatamente qualquer MP que afrontasse os princípios constitucionais da relevância e urgência exigidos para emprego desse instrumento.

Heloísa defendeu ainda a prerrogativa do Poder Executivo de utilizar MPs para garantir agilidade na resposta a problemas graves enfrentados pela população.



Heloísa Helena

J. Freitas

Roosevelt Pinheiro

Antero de Barros cobra convocação de ministro

Antero Paes de Barros (PSDB-MT) definiu como “urgente e inadiável” a convocação do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, pela CPI dos Bingos. O colegiado apura denúncia de cobrança de propina para o PT durante a gestão de Palocci frente à prefeitura de Ribeirão Preto (SP).

– O ministro deve uma explicação sobre a presença de seus ex e atuais assessores em denúncias de corrupção. Os integrantes da chamada República de Ribeirão Preto estão na berlinda. Se o governo acha que o ministro da Fazenda não pode ser convocado por uma CPI, deve propor alterações no Código de Processo Penal para torná-lo inimputável por crime de corrupção – afirmou o senador.

Palocci deve se explicar, diz Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, deve vir o mais rapidamente possível explicar ao Legislativo as denúncias que atingem pessoas que trabalharam como seus auxiliares. Para Renan, o ministro deve respostas à sociedade.

– Eu já comuniquei à Comissão de Constituição e Justiça que o Plenário está à disposição para ouvir uma exposição do ministro. O Malan [ministro da Fazenda do governo passado] e outros já vieram aqui. Palocci precisa esclarecer. Não pode haver dúvidas sobre o ministro da Fazenda – afirmou Renan.

Virgílio: depoimento na CPI “é inevitável”

Após ouvir ontem o depoimento de Vladimir Poletto, ex-assessor de Antonio Palocci quando este era prefeito de Ribeirão Preto, Arthur Virgílio (PSDB-AM) declarou que o depoimento do ministro da Fazenda na CPI dos Bingos “é inevitável”.

– Ele [Palocci] deveria tomar a iniciativa e vir depor nesta comissão – afirmou o senador.

Para Virgílio, o ministro precisa explicar a natureza de seu relacionamento com Poletto. Segundo o parlamentar, essas relações teriam prosseguido ao longo do governo Lula. Poletto aparece em denúncia da revista *Veja* como transportador de dinheiro originário de Cuba para financiar a campanha eleitoral do PT em 2002.

Parlamentares pedem que Ministério Público e Polícia Federal indiciem Delúbio Soares e Marcos Valério por lavagem de dinheiro, fraude contábil e tráfico de influência

Fruet e Serraglio: versão de empréstimo é uma simulação

O relatório parcial de movimentação financeira, com 52 páginas e mais nove anexos, apresentado ontem pelos deputados Osmar Serraglio (PMDB-PR) e Gustavo Fruet (PSDB-PR) pede que o Ministério Público e a Polícia Federal indiciem o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. Entre os crimes que pesam sobre ambos está lavagem de dinheiro, fraude contábil e tráfico de influência, entre outros. Os dois parlamentares disseram estar convictos de que a versão dos empréstimos sustentada por Valério e Delúbio é uma simulação para justificar uma triangulação de recursos. A votação do relatório foi adiada por um pedido de vista coletivo.

Serraglio expôs motivos que, segundo ele, justificam a falta de lógica da versão dos empréstimos. Ele acusa o Banco do Brasil, o Banco Rural e o BMG de renovarem sucessivamente os contratos de empréstimo tanto de Valério e suas empresas quanto do PT, que foram tratados de forma não comercial, sem cobrança de juros e encargos e sem briga para



Gustavo Fruet (D) e Osmar Serraglio disseram acreditar numa triangulação de recursos

reaver o montante emprestado.

Gustavo Fruet apresentou informações contábeis das empresas de Marcos Valério, de sua mulher Renilda e de seus sócios e destacou que não há compatibilidade entre os dados contábeis apresentados e a movimentação financeira verificada nos dados sigilosos. Ele também ressaltou que um verdadeiro “passeio dos recursos na contabilidade” torna evidente a tentativa de lavar dinheiro.

Requerimentos

A CPI Mista dos Correios apro-

vou ainda 18 requerimentos. Foi convocado Luciano José Porto Fernandes, cuja assinatura consta nos contratos da Brasil Telecom com as agências de publicidade SMP&B e DNA, do empresário Marcos Valério. Também devem depor na comissão Gilson de Carvalho e Mauro Castro Lucas de Souza, ambos da empresa Politec. Devem ainda ser convocados ex-diretores da Fundacentro – autarquia vinculada ao Ministério do Trabalho que teria firmado contrato com a SMP&B em 1996.

Prazo para trabalhos da CPI dos Correios fica indefinido

Os trabalhos da CPI Mista dos Correios podem ser encerrados mesmo em 12 de dezembro próximo. Um requerimento prorrogando os trabalhos por 120 dias não conseguiu o número necessário de assinaturas de parlamentares. Como faltou apenas uma assinatura, a oposição anunciou a decisão de pedir a recontagem – o que transfere a decisão para hoje.

Originalmente, o requerimento tinha assinatura de 218 deputados e de 32 senadores e foi lido em sessão do Congresso na manhã de ontem. Era preciso o apoio de 171 deputados e de 27 senadores, o equivalente a um terço da composição de cada Casa do Congresso. Como resultado da articulação do governo, várias assinaturas foram retiradas do documento até o prazo final, à meia-noite, inviabilizando a prorrogação.

A tentativa dos petistas de derubar o requerimento começou

na sessão de ontem do Congresso Nacional. O deputado Gilmar Machado (PT-MG) levantou questão de ordem contra a prorrogação, sob o argumento de que a dilatação do prazo não poderia extrapolar o fim da atual sessão legislativa, que se encerra em 31 de dezembro.

O presidente do Congresso, Renan Calheiros, indeferiu a proposição e endossou o entendimento dos opositoristas de que o prazo de prorrogação somente não poderia adentrar o período de uma nova legislatura, conforme o Regimento Interno do Senado, que subsidia o Regimento Comum nessa situação. Uma legislatura corresponde a quatro sessões legislativas anuais.

Renan criticou informações de que teria derrubado a sessão do Congresso de quarta-feira para retardar a aprovação do requerimento de prorrogação da CPI dos Correios.

Skymaster pode ter enviado lucros para o exterior

A CPI dos Correios suspeita que os lucros obtidos pela Skymaster, transportadora de cargas aéreas, através do provável superfaturamento nos contratos com a estatal, tenham sido enviados ao exterior a empresas situadas em paraísos fiscais nas Ilhas Virgens. A comissão acredita também que as duas empresas em questão, Forcefield e Quintessential, pertencem à própria Skymaster.

A conclusão foi feita pelo sub-relator de Contratos, José Eduardo Cardozo (PT-SP), ao ouvir o sócio da empresa, João Marcos Pozzetti. A Forcefield e a Quintessential são as proprietárias das sete aeronaves que a Skymaster arrenda por preço muito superior ao recomendado pelo Departamento de Aviação Civil (DAC), o que Pozzetti não soube explicar.



Arthur Virgílio: não existe combinação entre PSDB e PT para abafar depoimentos

Arthur Virgílio nega acordo com PT para evitar testemunhos

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) rechaçou matéria do jornal *Folha de S. Paulo* de que o PSDB teria feito acordo com o PT para “abafar depoimentos incômodos”.

A *Folha* menciona que, do lado petista, o depoimento cancelado foi o de Soraya Garcia, ex-assessora financeira do PT em Londrina (PR), que saberia da entrega, pelo ex-ministro José Dirceu, de R\$ 300 mil a Augusto Dias Júnior, diretor-financeiro da campanha do prefeito Nedson Micheleti, em 2004. Do lado do PSDB, o depoimento cancelado seria o do doleiro Nilton Antônio Monteiro, que teria documentos comprovando contabilidade paralela na campanha de Eduardo Azeredo ao governo de Minas, em 1998.

Virgílio disse ter sido informado pelo presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS), que Soraya Garcia irá depor. Virgílio foi apartado pelo próprio Delcídio, que informou que o adiamento da oitiva de Soraya teria ocorrido somente porque a comissão dependia de documento a ser entregue pelo empresário Marcos Valério contrariando declarações do relator da CPI, Osmar Serraglio (PMDB-PR), referentes à Visanet.

Presidente do Sebrae na CPI dos Bingos

Marcado para quarta-feira o depoimento de Paulo Okamoto, presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, o Sebrae Nacional. Okamoto é amigo pessoal do presidente Lula e participou da campanha presidencial.

Na quinta-feira, deporão Klinger de Oliveira Souza, Ronan Maria Pinto e Sérgio Gomes da Silva (o Sombra).

A CPI dos Bingos também aprovou, entre outros, requerimento que pede a convocação de Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci.

Suplicy homenageia o sociólogo Betinho

O sociólogo mineiro Herbert de Souza, o Betinho, que completaria 70 anos de idade no dia 3 de novembro, foi homenageado ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O sociólogo morreu em 1997 em consequência de uma hepatite do tipo C. Ele era portador do vírus da Aids.

– Betinho dedicou sua vida a melhorar a condição humana dos brasileiros e dos outros povos que o acolheram no exílio – destacou.

O parlamentar lembrou a atuação do sociólogo contra a ditadura militar, em trabalhos de politização de operários. Nos anos 80 e 90, disse, Betinho liderou campanhas contra a discriminação de portadores do vírus da Aids. Em 1992, passou a dedicar-se à Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, que mobilizou a sociedade no combate à fome no Brasil.

Maranhão apóia ações contra o crime

O controle da criminalidade exige medidas tanto por parte da população quanto do Estado, segundo características de cada região, disse ontem José Maranhão (PMDB-PB) ao elogiar propostas da revista *Veja* contidas na matéria “Sete soluções contra o crime”, de 26 de outubro. A revista, na opinião do senador, propõe medidas viáveis e de custo relativamente menor do que a instalação de aparatos policiais sofisticados.

Entre as sugestões da revista, Maranhão destacou a promoção de cursos profissionalizantes, atividades esportivas e oportunidades de lazer aos jovens de baixa renda, aproveitando a infra-estrutura de escolas, quartéis e centros comunitários, exemplos bem sucedidos em Minas e São Paulo.

Mulheres conquistam Prêmio Jovem Cientista

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) registrou ontem em Plenário que o primeiro lugar das três categorias do 21º Prêmio Jovem Cientista foi conquistado por mulheres. Com o tema “Sangue: Fluido da Vida”, a edição deste ano premiou Ana Beatriz Gorini da Veiga, da Universidade do Rio Grande do Sul, na categoria “graduado”; Amanda Meskaukas, do Instituto Israelita de Ensino e Pesquisa Albert Einstein (SP), na categoria “estudante do ensino superior”; e Natália Évelin Martins, da Escola Estadual Olegário Maciel (MG), na categoria “estudante do ensino médio”.

Os senadores José Jorge (PFL-PE) e Patrícia Saboya (PSB-CE) endossaram a homenagem feita por Heloísa Helena às vencedoras, que também foram parabenizadas pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA).

Gravação da revista *Veja* contradiz declarações de Vladimir Poletto, que disse estar alcoolizado quando concedeu entrevista sobre a chamada Operação Havana

CPI indicia ex-assessor de Palocci por falso testemunho

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos aprovou ontem, durante o depoimento do ex-assessor da prefeitura de Ribeirão Preto (SP) Vladimir Poletto, o indiciamento dele por falso testemunho. O requerimento para solicitar que o Ministério Público e a Polícia Federal investiguem Poletto foi apresentado pelos senadores Tasso Jereissati (PSDB-CE), Heráclito Fortes (PFL-PI), Demostenes Torres (PFL-GO), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Romeu Tuma (PFL-SP).

A exibição de gravação de entrevista à revista *Veja* revelou contradições com as informações prestadas por Poletto aos senadores. Na gravação, ele admite ter transportado de Brasília para Campinas dólares (1,4 milhão ou 3 milhões) supostamente doados por Cuba ao PT, para a campanha presidencial de 2002.

– Em nenhum momento eu falei que transporte dólares, nem mesmo na gravação. Quem mencionou que eu transporte dólares foi o Policarpo [Policarpo Júnior, jornalista de *Veja*] – insistiu Poletto. Sobre as afirmações que ele faz na gravação de que tinha sido informado posteriormente pelo então secretário de Fazenda de Ribeirão Preto, Ralf Barquete



Garibaldi Alves (D) e Efraim Morais ouvem depoimento de Vladimir Poletto (C)

(falecido em 2004), da existência de milhões de dólares dentro das três caixas transportadas e não de uísque, Poletto respondeu que essa versão era apenas “buchicho, zonzunzum”.

Requerimento do senador Magno Malta (PL-ES), também aprovado, determina o envio das notas taquigráficas do depoimento e da degravação da entrevista à revista ao Ministério Público, para que este possa pedir a prisão preventiva de Poletto por “ter mentido à CPI”.

Vladimir Poletto prestou depoimento munido de *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal. Contou que se encontrou na noite de 21 de outubro passado com o jornalista de *Veja* Policarpo

Júnior em um hotel de Ribeirão Preto. Antes teria participado de um churrasco em que bebeu cachaça. No encontro com o repórter, disse que bebeu chope. Destacou que estava, portanto, alcoolizado durante a conversa e que não autorizou a gravação da entrevista nem sua publicação. Acusou o jornalista de tê-lo coagido com um dossiê com “informações sigilosas sobre dados telefônicos, bancários e fiscais”.

– Ninguém cria [uma história] porque bebeu. Alguém fala o que não deveria ter falado porque bebeu – analisou Arthur Virgílio (PSDB-AM).

Heráclito Fortes propôs que a CPI promova uma acareação entre Poletto e Policarpo.

Buratti diz ter ouvido relato sobre Operação Havana

Em seu quarto depoimento na CPI dos Bingos, o advogado Rogério Tadeu Buratti confirmou ontem que Ralf Barquete Santos teria relatado a ele algumas informações sobre a chamada Operação Havana, suposto envio de recursos do governo cubano à campanha presidencial do então candidato Lula. Barquete e Buratti foram funcionários da prefeitura de Ribeirão Preto (SP) durante a gestão de Antonio Palocci, entre 1993 e 1996.

Buratti disse que Barquete o consultou, em 2002, sobre mecanismos necessários para trazer dólares do exterior. Segundo o advogado, Barquete dizia estar agindo a pedido do prefeito Antonio Palocci. Ele alegou não ter participado da operacionalização do aporte desses recursos, conforme publicado pela revista *Veja*. Disse ainda não ter conhecimento do envolvimento de Palocci na

operação e nem se o dinheiro realmente chegou ao Brasil.

De acordo com Buratti, Barquete “era muito próximo a Palocci, uma pessoa de confiança do prefeito”. Ele reafirmou que Barquete teria relatado outra doação para o PT, desta vez com recursos oriundos de casas de bingo de São Paulo, em cerca de R\$ 1 milhão.

Vladimir Poletto, ex-diretor do Departamento de Contadoria da Secretaria da Fazenda da prefeitura paulista, também teria contado fatos do suposto esquema cubano, informou Buratti. De acordo com o depoente, Poletto teria afirmado que pegou três caixas, colocou em um avião e as entregou para Ralf Barquete em Campinas (SP).

– Poletto não me falou que eram recursos. E Ralf nunca me falou a origem do conteúdo das caixas.

Ao ser questionado por Eduardo Suplicy (PT-SP), Buratti concordou com o senador, que



Rogério Buratti comparece pela quarta vez à CPI e relata doação de bingos

citou palavras do presidente Lula no programa *Roda Viva*, de que “de fato é inusitado imaginar que o governo cubano pudesse fazer uma coisa dessas”.

Buratti isentou Poletto e Ademirson Arioaldo da Silva, assessor do ministro Palocci, de envolvimento nas denúncias de tráfico de influência na renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a GTech.

Novo embaixador na Tailândia destaca prioridades

O exemplo da Tailândia de aplicação de tecnologia à educação poderá tornar-se uma das prioridades do relacionamento bilateral, segundo anunciou o embaixador designado para aquele país, Edgard Telles Ribeiro, durante reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) realizada ontem. A indicação recebeu parecer favorável da comissão e será agora examinada em Plenário.

Jefferson Péres (PDT-AM) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) consideraram importante a aproximação com os Tigres Asiáticos. Roberto Saturnino (PT-RJ), presidente da CRE, comentou a combinação pretendida pelos tailandeses entre a busca pela modernidade e a tradição budista.

Questionado por Suplicy (PT-SP), o embaixador disse que a ajuda brasileira aos atingidos pelo tsunami foi muito bem recebida.

Também foi acolhida a indicação do embaixador brasileiro na China, Luiz Augusto Neves, para assumir cumulativamente a embaixada junto à Coreia do Norte.

Especialistas debatem construção da usina de Angra 3

A construção da usina nuclear de Angra 3, que demandará investimento de US\$ 1,8 bilhão para gerar 1.350 megawatts (MW), poderá ajudar o Brasil a enfrentar a crescente demanda de energia e dar um novo impulso à indústria de mecânica fina e aos institutos nacionais do setor voltados à pesquisa. A previsão foi feita na quarta-feira pelo diretor de Pesquisa e Desenvolvimento da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), Alfredo Tranjan Filho, durante audiência pública promovida pela Subcomissão de Ciência e Tecnologia, vinculada à Comissão de Educação (CE).

Já o diretor-presidente da Eletrobrás Termonuclear, Othon Pinheiro da Silva, recordou que mais de 80% da matriz energética brasileira provém das usinas hidrelétricas – proporção que, a seu ver, deve se manter.

Por sua vez, o coordenador do Programa de Planejamento Energético da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luiz Pinguelli Rosa, alertou para a necessidade de solucionar a destinação final dos rejeitos radioativos.



César Borges também condenou entrevista de Lula à TV Cultura

César Borges apoia Dilma por criticar arrocho

O senador César Borges (PFL-BA) apoiou a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, por "enfrentar com coragem o arrocho financeiro" determinado pela política do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Sustentou que ela tem razão ao afirmar que não se pode pensar apenas em "cumprir superávits", mas é preciso investir em infra-estrutura.

Ele voltou a criticar as declarações do presidente Lula no programa *Roda Viva*, observando que ele "a cada dia muda suas opiniões", principalmente sobre caixa dois.



Ana Júlia mostra investimentos do projeto em seu estado

Ana Júlia elogia programa Luz para Todos

O programa Luz Para Todos do governo federal foi elogiado ontem em Plenário pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), por levar energia elétrica a inúmeros municípios das regiões mais pobres do Pará, com investimentos da ordem de R\$ 113 milhões. Até agora, foram atendidas, segundo a senadora, 68 mil pessoas e o número recorde de 500 comunidades. Ela salientou que a chegada de energia elétrica possibilitará a expansão das atividades produtivas da região, gerando empregos e novas fontes de renda para as famílias.

Senador critica "forma precipitada" como o governo federal anunciou a presença da doença no estado. E pede ao Ministério da Agricultura que libere imediatamente o uso da vacina

Osmar acusa governo de prejudicar Paraná com alarme sobre aftosa

Reagindo às notícias de que já há um laudo descartando a existência da febre aftosa no Paraná, o senador Osmar Dias (PDT-PR) criticou ontem a "forma precipitada" como o governo federal "havia anunciado ao mundo" a presença da doença no estado. Ele também protestou contra os prejuízos com que os agricultores paranaenses terão de arcar. Devido às suspeitas de que a moléstia tivesse atingido a região, o governo proibiu a venda – incluindo exportações – e a vacinação dos animais suspeitos de contaminação.

De acordo com as notícias divulgadas na quarta-feira, o Laboratório Nacional Agropecuário



Osmar explica que a falta de vacina pode permitir a ocorrência da moléstia no estado

(Lanagro) teria emitido um laudo que desmente a presença da doença no Paraná – o laudo foi encomendado pelo próprio Ministério da Agricultura. No início da semana,

o ministro Roberto Rodrigues havia reconhecido que agira com precipitação ao divulgar a existência da febre aftosa no estado.

– Quem é que vai pagar o prejuízo dos produtores? – indagou Osmar Dias, lembrando as imagens, divulgadas em telejornais, de agricultores descartando leite que poderia estar contaminado.

O senador ressaltou que, apesar de não haver focos de febre aftosa no Paraná, a proibição da vacinação pode, esta sim, permitir a ocorrência da moléstia no estado. Por causa disso, solicitou que o Ministério da Agricultura anuncie imediatamente o laudo em questão e libere o uso da vacina.

Juvêncio pede a Lula para ir a Mato Grosso do Sul e resolver o problema

O senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) pediu ontem ao presidente Lula que vá a Mato Grosso do Sul para resolver o problema da febre aftosa. Ele sugeriu ainda que o presidente ouça o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, sobre o assunto.

Segundo o senador, o presidente anunciou que vai a Mato Grosso do Sul, mas não pretende tratar da questão da febre aftosa, o que acontece, como lembrou Juvêncio, justamente em um momento em

que aquele estado divulga que os prejuízos mensais com o boicote à carne, só com a não arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), são da ordem de R\$ 12 milhões.

– O agronegócio, que é a base da nossa economia, está abandonado. As exportações no setor pararam e o nosso presidente anuncia que vai a Mato Grosso do Sul, mas não leva nada – afirmou Juvêncio.

Em apartes, os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Ramez Tebet (PMDB-MS) e Mozarildo



Juvêncio destaca que agronegócio está abandonado, com exportações paralisadas

Cavalcanti (PTB-RR) apoiaram o pronunciamento de Juvêncio da Fonseca. Flexa Ribeiro disse que é preciso que o presidente Lula despache com seus ministros e libere mais recursos para os estados.

Heráclito denuncia transferência de R\$ 5,8 bi da Previ para o BB

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) denunciou da tribuna uma transferência, a seu ver "ilegal e ardilosa", de R\$ 5,8 bilhões do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ) para o próprio BB. Informou que já existe decisão judicial contra a transferência.

O senador sustentou que a operação "foi tramada pela militância do PT" que hoje comanda a Previ, e que, nos últimos dias, para viabilizar a transferência, decidiu fazer um plebiscito com os funcionários do banco. Ele pediu a suspensão do plebiscito e solicitou à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado que chame todos os lados envolvidos.



Heráclito afirma que "militância do PT" quer capitalizar o banco com a medida

Segundo o senador, os dirigentes omitem o objetivo do acordo, que não seria a correção adequada dos prejuízos "causados pela chamada Parcela Previ aos que se aposentaram depois de dezembro de 1997, mas, sim, capitalizar o banco".

Senadora diz que PT não manipula fundo

Em resposta à denúncia feita em Plenário pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI) sobre um provável desvio de R\$ 5,8 bilhões do fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil (Previ), para o próprio banco, a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) disse que pretende informar-se melhor sobre o assunto para só então se pronunciar a respeito.

Ana Júlia posicionou-se como defensora de todos os associados de fundos de pensão, em especial da Previ, e, nessa qualidade, frisou que vai investigar também o plebiscito que está sendo proposto aos associados. Ela criticou a posição de Heráclito que, no seu entender, estaria levando a sociedade a crer que a Previ foi e continua sendo utilizada pelo governo e pelo PT. Ana Júlia afirmou que tal suposição não é verdadeira.

Plenário rejeita mudança em conselhos

O Senado rejeitou ontem, por 41 votos contrários e 7 votos favoráveis, a proposta de emenda à Constituição (PEC) 36/99, de autoria do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que propunha a transferência das atribuições dos Tribunais e Conselhos de Contas municipais aos Tribunais de Contas estaduais. Os Tribunais de Contas municipais remanescem atualmente nos estados do Pará, Bahia, Goiás, Ceará e São Paulo. A decisão foi amparada em dois pareceres contrários à matéria, apresentados na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pelo senador César Borges (PFL-BA) e pelo então senador Luiz Pontes.

De acordo com Maguito Vilela, o objetivo da PEC era remover a superposição de órgãos que têm semelhante finalidade.

Réu quebrará fiança se for a local proibido

O Senado aprovou ontem projeto de lei (PLC 17/05) que modifica o Código de Processo Penal para incluir, entre as hipóteses de quebra de fiança previstas no artigo 328, o comparecimento do réu ao local do qual deveria manter-se afastado, conforme determinação policial ou judiciária.

O texto em vigor já admite duas hipóteses para a quebra da fiança do réu: quando muda de residência sem prévia permissão da autoridade judiciária e quando se ausenta de sua residência por mais de oito dias, sem comunicar à autoridade o local onde pode ser encontrado. Com a nova redação, a quebra de fiança também ocorrerá caso o réu "compareça a local do qual deveria manter-se afastado".

Paim autografa livro na Feira de Porto Alegre

Em 7 de fevereiro do próximo ano completará 250 anos o combate entre índios guaranis e uma tropa de 3.700 soldados portugueses e espanhóis, na Sanga da Bica (hoje São Gabriel), no Rio Grande do Sul, durante o qual o índio José Tiaraju, o Sepé, morreu. Para lembrar a data, o Senado lança hoje, às 14h30, na 51ª Feira do Livro de Porto Alegre, a obra *Batalha de Caiboatê – Episódio culminante da Guerra das Missões*, de Ptolomeu de Assis Brasil. O senador Paulo Paim (PT-RS), autor da apresentação, autografará a obra.

O general Ptolomeu de Assis Brasil, que participou da Revolução de 30 e foi interventor de Getúlio Vargas no estado de Santa Catarina, chegou a utilizar trenas e a medir trechos a pé para mostrar com fidelidade o local onde se realizou a batalha. Ele também reuniu no livro os antecedentes jurídicos e históricos do caso, além de detalhes sobre o cotidiano e a organização social dos Sete Povos das Missões.

Jane Araújo



Para Teotonio, o estado vem sendo discriminado pelo governo federal como nenhum outro

Teotonio pede recursos para Alagoas

Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) cobrou liberação urgente de verbas federais para Alagoas, que, segundo o senador, não recebeu praticamente nada dos recursos a ele destinados por emendas parlamentares ao Orçamento da União deste ano.

Para Teotonio, Alagoas vem sendo discriminado como nenhum outro estado pelo governo federal. Em aparte, os senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também pediram a liberação de recursos para o estado.

Jane Araújo



Flexa Ribeiro manifesta preocupação com "crescentes cortes no orçamento"

Corte de verbas prejudica as Forças Armadas

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) afirmou que a falta de verbas prejudica as Forças Armadas e que a Marinha vive em "estado de penúria", em razão dos "crescentes cortes no orçamento" pelo governo.

Flexa Ribeiro adiantou que o senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) requisitou a criação de subcomissão, no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), destinada a avaliar a situação atual das Forças Armadas.

Sobe de R\$ 3,5 milhões para R\$ 5 milhões o valor que pode ser usado pelos parlamentares para emendas individuais. Comissão votou também créditos a pedido do governo



Começa a contar prazo de 15 dias para a apresentação de emendas ao Orçamento na CMO, que terá o reforço de três comitês de apoio

Comissão aprova relatório preliminar ao Orçamento 2006

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem o relatório preliminar à proposta orçamentária para 2006, elaborado pelo deputado Carlito Merss (PT-SC). Para facilitar a votação, Merss alterou o texto e aumentou de R\$ 4 milhões para R\$ 5 milhões o valor a ser usado pelos parlamentares com as emendas individuais.

Com a aprovação, começa a correr prazo de 15 dias para apresentação de emendas ao projeto de orçamento. O relatório final da proposta orçamentária deve ser votado em 13 de dezembro.

No Orçamento aprovado para 2005 foram destinados R\$ 3,5 milhões às emendas individuais. Houve, portanto, um aumento de R\$ 1,5 milhão na verba à disposição dos projetos

de interesse dos parlamentares em 2006. Em contrapartida, Merss ampliou de 25% para 30% o percentual dos recursos dessas emendas que devem ser atrelados a ações de saúde, contribuindo para o cumprimento da Emenda Constitucional 29, relativa aos recursos que a União deve destinar à saúde. Dessa forma, o governo ganha folga para gastar com outras áreas.

Investimentos

O relator ampliou de 5% para 7% o percentual dos recursos que poderá manejar sobre dotações do Projeto Piloto de Investimentos (PPI), resultante de acordo firmado quando o país era monitorado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para que investimentos nele previstos ficassem fora do cômputo do superávit fiscal. O relator poderá fazer a realocação

dos recursos, mas somente entre projetos do próprio PPI, entre os quais obras rodoviárias.

Começam a funcionar na Comissão Mista de Orçamento três comitês de apoio: o de receitas, o que analisará obras irregulares sujeitas a ficar sem recursos e o de emendas. Para o comitê de receitas, o desafio é fazer a reestimativa de recursos e cobrir despesas adicionais, inclusive para um aumento maior do salário mínimo.

Também foi aprovado pedido do governo para crédito no valor de R\$ 453,6 milhões, em favor de estatais, destinados ao reforço de ações conforme novas prioridades. Os recursos serão remanejados do orçamento de investimento também de estatais, com cancelamentos de despesas ainda maiores, de R\$ 804,3 milhões.

Congresso destina R\$ 1,1 bilhão ao Ministério da Defesa

O Congresso Nacional aprovou ontem créditos suplementares no valor de R\$ 1,3 bilhão em favor dos ministérios da Defesa, Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte. A maior parte dos recursos – R\$ 1,1 bilhão – vai para o Ministério da Defesa e será destinada ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais decorrentes do aumento linear de 13% concedido aos militares das Forças Armadas. Os projetos de lei aprovados (PLs 35/05 e 43/05) vão agora à sanção presidencial.

O restante – R\$ 255,9 milhões – será aplicado em vários programas em andamento nos ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte, incluindo a melhoria da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa. Também será beneficiada a Universidade de Brasília (UnB), que receberá R\$ 37 milhões para a construção de dois centros: o de apoio ao desenvolvimento tecnológico



Foram contemplados também os ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Esporte

e o de seleção e eventos.

À Universidade Federal de São Paulo (UFSP) caberá a quantia de R\$ 30,8 milhões, a ser aplicada, principalmente, na realização de cursos de extensão

e melhoria do centro ambulatorial.

Também foi aprovado projeto de lei do Executivo (PL 29/05) que altera o programa denominado Gestão Pública para um Brasil de Todos.

Tocantins está satisfeito com governo Lula

Ao comemorar a destinação de verbas ao seu estado pelo governo federal, o senador João Ribeiro (PL-TO) afirmou que o presidente Lula tem sido bom para o país.

Ele agradeceu ao relator do Orçamento 2006, deputado Carlito Merss (PT-SC), pela inclusão no texto do relatório de emendas que destinam R\$ 111 milhões para a Ferrovia Norte-Sul, além de R\$ 44 milhões para a BR-153 e de R\$ 5 milhões para obras da eclusa de Lajeado.

João Ribeiro comemorou ainda a aprovação de sua proposta de aumento para R\$ 5 milhões do valor a ser usado pelos parlamentares com emendas individuais.



Gerardo Magliola

Magno Malta diz que a Polícia Federal faz milagres diante das condições oferecidas pelo Estado

Magno Malta defende pleito de policiais

Magno Malta (PL-ES) fez apelo ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para que considere as reivindicações dos servidores da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Espírito Santo, em iminência de greve. De acordo com documento lido pelo parlamentar, a classe luta por melhores condições de trabalho e orçamento compatível com suas atribuições.

Magno Malta disse que conhece de perto a situação, pois recebe proteção policial há cinco anos, desde que presidiu a CPI do Narcotráfico na Câmara dos Deputados. Para ele, a Polícia Federal tem feito milagres diante das condições oferecidas pelo Estado.

Projeto aprovado na CAS determina reserva de vagas para portadores de necessidades especiais em programas de qualificação profissional financiados com verbas do FAT

Pessoas com deficiência podem ter mais chances de capacitação

Projeto do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que reserva vagas para pessoas com deficiência nos programas de qualificação profissional financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), teve parecer aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator, senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), salientou que a proposta – que agora será examinada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) – poderá contribuir para a melhoria das condições de emprego dos portadores de deficiências.

Crivella informou que em 2004 os programas de treinamento e qualificação do FAT beneficiaram cerca de 140 mil trabalhadores com deficiência. Se o projeto de Mercadante (PLS 295/04) for



Proposta de Mercadante amplia acesso ao emprego para portadores de deficiência

aprovado e o texto transformado em lei, disse, podem ser acrescentadas sete mil oportunidades de qualificação por ano.

Na mesma reunião, a CAS aprovou também parecer ao projeto de autoria da então deputada Mariângela Duarte, que determina a definição, no âmbito do

Sistema Único de Saúde (SUS), de política de atenção integral à saúde das pessoas portadoras de qualquer tipo de hepatite. A proposta (PLC 50/05) será agora examinada em Plenário.

O relator do projeto, senador Papaléo Paes (PSDB-AP), ressaltou, com base em informações da Organização Mundial da Saúde (OMS), que o maior problema de saúde pública que os governos de todo o mundo enfrentam é causado pelas hepatites virais, especialmente a do tipo C. Ele disse ainda que, nos últimos 20 anos, as hepatites dos tipos B e C tornaram-se grandes problemas porque, além de atingirem significativa parcela da população, fazem com que muitos pacientes adquiram a forma crônica da doença.

Comissão acolhe nome para direção da Anvisa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem, por unanimidade, o nome de Maria Cecília Martins Brito para ocupar o cargo de diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A indicação, feita pela Presidência da República, será agora submetida ao Plenário.

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que presidiu a reunião, disse que a indicada possui competência técnica e é sensível às questões relacionadas à vigilância sanitária.

– Todo o estado de Goiás está feliz por oferecer ao Brasil uma pessoa que tem compromisso com o interesse público – afirmou Lúcia Vânia.

A relatora da mensagem, senadora Patrícia Saboya (PSB-CE), salientou que, pelo currículo e pela história de Maria Cecília, ela prestará “grande contribuição a toda sociedade brasileira” ao assumir a direção da Anvisa.

A indicada assinalou ter vocação para a saúde pública e que suas propostas para a área devem priorizar a capacitação de recursos humanos e o diálogo com a sociedade, além da identificação dos problemas sanitários para agir de forma eficaz.



Comissão de Assuntos Sociais acolheu ainda matéria que beneficia portadores de hepatite

Projeto que moderniza legislação sobre a pesca é aprovado na CAS

Parecer ao projeto da Câmara que dispõe sobre a política pesqueira nacional foi acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O relator da matéria, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), destacou que a proposta visa modernizar e aperfeiçoar a legislação relativa à política pesqueira e regular a atividade de pesca no país. O projeto (PLC 29/03) vai ainda à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde receberá decisão terminativa.

Raupp informou que o assunto foi amplamente discutido com instituições representativas do setor, inclusive em audiência pública, e as sugestões serviram de subsídio ao texto final.

O relator explicou ainda que a

proposta trata do desenvolvimento sustentável da aquicultura e da pesca no país. Raupp ressaltou a importância do instrumento da parceria na pesca artesanal apresentado no projeto. Para ele, esse procedimento poderá legalizar uma relação já existente entre os pescadores e que é fundamental para o exercício da atividade. A parceria, observou, não poderá ser utilizada na pesca industrial de pequeno e médio porte, para evitar casos de dissimulação da relação trabalhista.

O projeto classifica as modalidades de pesca como comercial – que inclui a artesanal ou de pequeno porte e a industrial de médio e grande portes – e não comercial. Já a aquicultura é classificada em comercial, científica e de recomposição ambiental.



Dr. Barry Wolf (E), durante audiência pública, ao lado de Augusto Botelho e Papaléo Paes

Médico que identificou a Deficiência de Biotinidase fala aos senadores

A Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde realizou audiência para discutir a implantação do diagnóstico da Deficiência de Biotinidase no teste do pezinho, realizado em recém-nascidos. O encontro contou com a participação do médico e cientista americano Dr. Barry Wolf, descobridor da doença.

A Deficiência de Biotinidase se dá quando o organismo não regenera a vitamina biotina. As enzimas devem regenerar e reciclar diversas vezes a biotina ingerida e, quando isso não acontece, a pessoa fica com déficit da vitamina, o que pode causar retardo mental, anomalias cutâneas, perda de visão e audição, e morte.

O médico informou que o diagnóstico da doença é realizado por meio do exame de sangue e o tratamento é feito com doses diárias da vitamina. Ele destacou a importância do diagnóstico precoce, que pode ser feito com o sangue coletado para a aplicação do teste do pezinho.

Existe um programa que oferece gratuitamente o teste do pezinho em todos os hospitais brasileiros, para o diagnóstico de outras quatro doenças. A intenção da comissão é incluir no teste o diagnóstico da Deficiência de Biotinidase. Essa ampliação acrescentaria somente R\$ 0,50 para cada teste aplicado, enquanto o tratamento tem o custo de R\$ 12 mensais.

Pavan quer nova universidade federal em SC

Leonel Pavan (PSDB-SC) condenou a decisão do governo de não incluir, na lista de prioridades do Ministério da Educação, a criação de outra universidade federal em Santa Catarina. A informação sobre a decisão teria partido do Ministério da Educação, em resposta a um ofício de Pavan sobre a liberação de emenda orçamentária de R\$ 45 milhões em favor da interiorização do ensino superior no estado.

– Depois que minha emenda de R\$ 45 milhões foi aprovada pelo Congresso, o ministério vem dizer que não existe verba no orçamento e que não existe prioridade para abrir outra universidade em Santa Catarina – protestou Pavan.



Pavan contesta decisão do governo de não priorizar a criação de universidade



Remanejar recursos para o ensino superior é um erro, diz Cristovam

Cristovam defende verba para o ensino fundamental

Cristovam Buarque (PDT-DF) protestou ontem contra o remanejamento de R\$ 40,4 milhões do ensino fundamental para as universidades, conforme estabelece projeto do Executivo que tramita na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Embora concorde que as universidades passam por dificuldades, o senador pediu às autoridades que encontrem recursos fora do ensino fundamental, conclamando os parlamentares a votarem contra a proposta. Para ele, a medida revela “insensibilidade e burrice do governo”.

A atitude do governo ao propor a medida, disse, mostra descaso com a educação e pode levar os jovens à mesma rebelião que ocorre hoje na França.